



Crítica à concepção ideopolítica atribuída às TICs no capitalismo

Critique of ideopolitics conception attributed to ICTs in capitalism

Antonio Israel Carlos da SILVA*

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir a concepção ideopolítica atribuída às tecnologias da informação e comunicação (TICs) pelo teórico Adam Schaff, na obra *A Sociedade Informática*. Realizou-se a crítica ontológica dos argumentos contraditórios apresentados pelo citado autor acerca das TICs na vida social. Considera-se que a racionalidade burguesa constrói elaborações ideológicas e políticas que atribuem às TICs um papel fetichizado na sociedade, desdobrando em concepções apoloéticas que superestimam o papel das TICs e negligenciam as relações sociais classistas em que as mesmas são produzidas.

Palavras-Chave: Crise do Capital. Reestruturação Capitalista. TICs.

Abstract: This article aims to discuss the ideopolitics conception attributed to information and communication technologies (ICTs) by the theoretician Adam Schaff, in the work *The Information Society*. The ontological critique of the contradictory arguments presented by the aforementioned author on the ICT in social life was carried out. It is considered that bourgeois rationality constructs ideological and political elaborations that attribute to ICTs a fetishized role in society, unfolding in apologetic conceptions that overestimate the role of ICTs and neglect the social class relations in which they are produced

Keywords: Capital Crisis. Capitalist Restructuring. ICTs.

Introdução

A reestruturação capitalista contemporânea mobilizou estratégias de recomposição do bloco hegemônico burguês, com vistas à garantia de seus interesses precípuos de expansão e acumulação de lucros, operando transformações no mundo do trabalho e na vida sociocultural dos sujeitos sociais. Essas mudanças apresentam-se como nexos causais que atingem a problemática sobre a qual nos debruçamos neste artigo¹, qual seja: a racionalidade ideopolítica atribuída às tecnologias da informação e comunicação (TICs), no cenário de crise estrutural do capitalismo.

Concordamos com a posição de Mészáros (2008) ao entender o capitalismo como um sistema sociometabólico, tendencial a processos de crise, mecanismos contraditórios de suas bases de sustentação. Além disso, importa destacar que o capitalismo utiliza-se de formulações ideológicas que respondam às necessidades de garantia do consenso social. Através do re-

* Assistente Social. Mestrando em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Endereço: Av. dos Economistas, s/nº, Cidade Universitária, 1º Andar, Recife (PE), CEP.: 50670-901. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: <israelsscarlos@gmail.com>.

¹ Este texto apresenta discussões encaminhadas no processo de elaboração de nossa dissertação de mestrado, no Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Universidade Federal de Pernambuco. Em nossa dissertação, discutimos a direção ideológica da formação profissional em Serviço Social na modalidade ensino a distância, no Brasil.



curso à crítica ontológica, realizamos uma pesquisa bibliográfica, com análise imanente, junto à obra *A sociedade informática*, de Adam Schaff (1995), com o escopo de apreender as elaborações teórico-ideológicas que presidem a concepção e o tratamento ideopolítico das TICs na sociabilidade burguesa contemporânea.

A aproximação à referida obra nos permitiu apreender a forma reificada e fetichizada atribuída às TICs, de modo que os argumentos apresentados pelo autor acima citado tendem a superdimensionar o papel das tecnologias e negligenciar as contradições que as perpassam: uso das TICs para intensificar a exploração das classes trabalhadoras; desigualdade no acesso à ciência e à tecnologia produzidas na sociedade; e a tônica mercantil que subjaz à circulação das tecnologias no modelo societário burguês.

1 O abalo sistêmico: a reestruturação capitalista contemporânea

Ao analisarmos as contribuições do filósofo húngaro István Mészáros (2008), apreendemos que o conjunto emblemático e dialético das relações de produção e reprodução social do capital, vivenciado nos últimos anos do século XX, está perpassado por uma crise estrutural do capital. Para o autor, a crise contemporânea do capitalismo trata-se, na verdade, de uma crise estrutural, porque é profunda, atingindo todas as esferas e os setores de aplicação da economia, isto é, uma crise global que tenciona o conjunto das instâncias do modo de produção. Ademais, consiste numa crise duradora que não se trata somente de uma eventualidade que abala a estrutura socioeconômica e cultural, e, sim, um fenômeno rastejante que se avoluma com o processo de amadurecimento da racionalidade e das estratégias de aperfeiçoamento da dominação burguesa.

A ruptura do compromisso fordista e a reorganização das relações sociais de produção capitalistas dela derivada apresentam-se como determinações da crise. A diminuição dos ganhos de produtividade, a elevação da composição orgânica do capital e a saturação das normas sociais de consumo, foram sintomas indicativos da instabilidade do compromisso fordista-keynesiano (BIHR, 1999).

Os anos 70 do século XX lançam indicadores de que a crise capitalista tornou-se um abalo sistêmico, que não se reduzia à gravitação do preço do petróleo, mas que tinha nesse fenômeno determinações de fundo. Na concepção de Birh (1999), o processo de quadruplicação do preço do petróleo no mercado mundial transformou a crise do capital em uma aparição manifesta, dado que a deteriorização das taxas de lucros, com o brusco encarecimento do petróleo, provocou uma primeira grande recessão generalizada na economia capitalista.

Diante do quadro em estado de agravamento, o patronato e os Estados ocidentais até tentaram apelar, em alguma medida, para as antigas receitas keynesianas (manutenção de mecanismos institucionais de aumento dos salários reais; concessão de facilitadores de crédito às empresas e aos consumidores individuais). Não obstante, as medidas articuladas não conseguiram deslocar o processo de agravamento da estagnação e da inflação que a conjuntura dos anos 1970 impetrou.

A recuperação do projeto de dominação social, posto à prova pelo cenário de crise profunda, repôs os mecanismos conflituosos existentes entre o capital e o trabalho. Sem dúvidas, a es-

fera do trabalho foi atingida “brutalmente” pelas transformações operadas, com vistas à reoxigenação do ciclo reprodutivo da sociabilidade burguesa.

Do ponto de vista do processo produtivo e reprodutivo, o capital redesenhou e aperfeiçoou estratégias de controle da força de trabalho. Tal fenômeno operou no desenvolvimento da acumulação flexível, das novas formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico, dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo. Por um lado, essas transformações decorreram das iniciativas levadas a cabo pela concorrência intercapitalista, gestada no processo de internacionalização e transnacionalização das economias (BIHR, 1999; ANTUNES, 2009; HARVEY, 1993); por outro, localizam-se como necessidades do capital de controlar o movimento das classes dominadas, que responderam aos impactos da crise estrutural do capital.

Os traços constitutivos da acumulação flexível (HARVEY, 1993) expressam elementos de continuidade e de ruptura com os regimes anteriores (taylorista/fordista). A acumulação flexível se fundamenta num padrão produtivo, organizacional e tecnológico resultantes da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho, que são próprias da fase “informacional”, assim como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços.

A estrutura produtiva é desenvolvida com critérios de flexibilidade, haja vista que recorre-se à desconcentração produtiva e às empresas terceirizadas. Além disso, utiliza-se o trabalho em equipe, as células de produção, os times de trabalho, o envolvimento participativo da força de trabalho, de tal modo que há um reforço na participação manipulatória do capital nos estágios mais avançados.

O trabalho polivalente, “multifuncional”, a pedagogia das competências nos locais de trabalho, combinam manifestações contemporâneas da alienação e estranhamento dos(as) trabalhadores(as). Estas medidas são articuladas tendo como novo modelo o toyotismo, como via japonesa de organização do trabalho que nasce na Toyota (Japão), e se propaga para o ocidente, dado o cenário de internacionalização da concorrência intercapitalista (ANTUNES, 2009).

Portanto, fica evidente que as novas estratégias de organização do trabalho têm como perspectiva a intensificação das condições de exploração dos trabalhadores que se articula com as repercussões das mutações no processo produtivo: desregulamentação dos direitos trabalhistas; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; intensificação da precarização e terceirização da força de trabalho; redesenho da atuação política de alguns sindicatos, muitos dos quais aderem à apologia burguesa.

Sob o domínio do capital e no cenário de crise estrutural (MÉSZÁROS, 2008), o desenvolvimento “autônomo” da ciência² tornou-se cada vez mais determinado pelas mudanças no processo de produção e reprodução do capital. Nas afirmações de Mészáros (2014), o dilema

² Em Lessa (2001), identificamos a concepção lukasciana de ciência, que a entende como um complexo social que tem a função de sistematizar os conhecimentos elaborados pelo homem em concepções de mundo, que forneçam razão à existência humana. De tal modo, a ciência não pode ser entendida como conhecimento neutro, pois, é expressão de ideologias e valores determinados pelas classes dominantes.

que atravessa a ciência moderna corresponde ao fato de que seu desenvolvimento esteve, historicamente, vinculado ao dinamismo contraditório do capital, por isso, tratá-la abstratamente, como um mero progresso técnico, negligencia os imperativos objetivos que definem a natureza e os limites do capital.

É na fase do capitalismo tardio (MANDEL, 1982) que a ciência amadurece seu desenvolvimento e aplicação a serviço do capital, uma vez que o aperfeiçoamento da racionalidade burguesa centrou esforços em investir capital em pesquisas científicas. Nesse aspecto, a sistematicidade da ciência à produção redundou na aceleração da inovação tecnológica, cujo resultado imediato no processo produtivo foi a redução do tempo de rotação do capital fixo, alterando a composição orgânica do capital.

O crescimento regular do volume de pesquisas resultou na especialização e na inserção da atividade científica na divisão social do trabalho³, tornando-se também parte de empresas (laboratórios de pesquisas, centros de estudos, etc.) responsáveis pela elaboração e vendas de descobertas e inventos. Trata-se da confirmação de uma prospecção, já sinalizada por Marx (2013) em *O Capital*, de que a invenção se tornaria um negócio capitalista sistematicamente organizado, que como qualquer outro negócio tem o escopo de maximizar lucros para a empresa capitalista.

Como discorre Mandel (1982), o capital investido na esfera da pesquisa é constituído por componentes fixos e variáveis. O capital fixo corresponde à construção de equipamentos de laboratórios, por exemplo; o capital variável, aos salários e aos ordenados dos trabalhadores neles empregados. Logo, a hipertrofia do capital fixo, promovida pela inovação tecnológica implica o crescimento acelerado da produtividade média do trabalho. Desse modo, é possível destacar que a ciência não é imediatamente uma força produtiva, de tal modo que a atividade científica só se torna uma força produtiva se for imediatamente incorporada à produção de mercadorias.

A aceleração da inovação tecnológica tem subsumido o conhecimento científico e o trabalho intelectual aos imperativos da acumulação de capital. Nesse ínterim, foram elaboradas concepções ideológicas que superdimensionam a funcionalidade da tecnologia na vida sociocultural dos sujeitos sociais, tratando-a como instrumento de “redenção humana” ou parte dos processos de “revolução tecnológica”.

2 A concepção ideopolítica atribuídas às TICs

O mundo contemporâneo está repleto de inúmeras transformações, de toda ordem, que alcançam muitas esferas da vida social, do ponto de vista político, econômico e cultural. Entretanto, o avanço das tecnologias talvez seja uma das mudanças que explicitem a rapidez com que o sistema sociometabólico, que é o capital, consegue promover na esfera da produção e reprodução social.

³ É imperativo destacar a afirmação de Mandel (1982) de que o capital diretamente investido na esfera da produção conduz a uma produção contínua de mercadorias ou a uma ininterrupta valorização. O capital investido na esfera da pesquisa e do desenvolvimento tecnológico efetiva-se na medida em que o trabalho ali realizado seja produtivo, ou seja, conduza à produção de novas mercadorias, que geram mais-valor no mundo da produção.

Entre o final do século XX e o começo do século XXI, o incremento tecnológico na produção de mercadorias e na rede de serviços (supermercados, lojas, bancos, lanchonetes, bares, etc.), também ocasionou interferência na forma de sociabilidade entre os sujeitos sociais. É recorrente o uso de computadores, celulares, tablets, smartphones, Ipods, fazendo parte do cotidiano de milhares de pessoas. Longe de uma postura de rechaço a estes aparatos tecnológicos, que podem se tornar instrumentos facilitadores de algumas atividades no cotidiano da vida social, o que buscamos é discutir a racionalidade sociopolítica incorporada às TICs, na perspectiva de desenvolver análises críticas sobre as concepções fetichizadas e reificantes apresentadas por Adam Schaff.

Diante do cenário de avanço tecnológico, em diversas searas da vida social, ao longo das décadas de 1990, um conjunto de intelectuais começou a descrever e tentar realizar apontamentos acerca do potencial econômico, sociopolítico e cultural das TICs. Neste artigo, cotejamos o debate presente em Adam Schaff (1995), o qual argumenta, inclusive, que as TICs desempenhariam um papel de promoção do progresso da humanidade, através da revolução microeletrônica e da revolução tecnológico-industrial, associadas ao atual estágio do amadurecimento técnico-científico.

O próprio autor, no início de sua obra intitulada *A Sociedade Informática* declara que o livro trata-se de um estudo de “[...] futurologia sociopolítica [...]” (SCHAFF, 1995, p. 16), na medida em que busca explicitar as dimensões sociais promovidas pelo desenvolvimento e incremento das TICs na vida social.

Para Schaff (1995), estaríamos vivendo as consequências materiais e ideológicas da “Segunda Revolução Industrial”. Nesta linha, afirma-se que o conjunto de mudanças operadas pelo capitalismo pode ser apreendido com base em duas grandes revoluções na produção. A primeira revolução industrial, entre os séculos XVIII e XIX, foi capaz de introduzir tecnologias do maquinário no processo produtivo. A segunda revolução industrial, já no século XX, consistiria no desenvolvimento e uso da capacidade intelectual da humanidade em aperfeiçoar a automação do processo produtivo, que, nas palavras do autor, conformaria uma tríade revolucionária, amparada na tríplice: microeletrônica, microbiologia e energia nuclear. Este processo seria responsável pelo aumento da produtividade e da qualidade de vida nos anos subsequentes.

Contudo, Schaff (1995) explicita que um problema de fundo causado pela nova ou segunda revolução industrial seria o aprofundamento dos altos índices de desemprego, em consequência da rápida mutação dos processos de automação e robotização da produção e dos serviços. Em sua discussão, afirma que os países mais desenvolvidos, situados na Europa e na América do Norte, terão que lidar com o “nó górdio” que as supostas vantagens das TICs trariam para a sociedade.

O desemprego seria uma recorrência que levaria aos Estados-nação a repensarem suas estratégias de proteção social para os trabalhadores. O autor não anuncia a necessidade de um pacote de medidas neokeynesianas, mas analisa a situação sob a ótica de que o Estado deveria agir no sentido de resguardar que as massas desempregadas construíssem condições de sobrevivência. A prática tutelar de um Estado conciliador, na promoção de estratégias de

domínio de massas, parece ser uma das saídas para o desemprego na concepção de Schaff (1995).

O que se pode chamar de “prognóstico”, nas palavras de Schaff (1995), aproxima-se à defesa de teses difundidas nos anos 1990, como a do fim da sociedade do trabalho⁴. Esta discussão aparece na obra do autor de modo simplificado, como se de modo volúvel a “sociedade do trabalho” deixasse de existir. O autor consubstancia-se na ideia de que haverá mudanças na estrutura de classes da sociedade. Afirma-se da seguinte forma:

Baseio minhas conclusões no pressuposto de que o trabalho, no sentido tradicional da palavra, desaparecerá gradualmente (isto é, o trabalho que consiste no emprego da própria capacidade em troca de um determinado salário ou seu equivalente sob a forma do preço recebido pelo fruto do trabalho de alguém). Este desaparecimento será uma consequência dos avanços da automação e da robotização produzidos pela revolução da microeletrônica. Para evitar erros de interpretação, devemos salientar que a eliminação do trabalho (no sentido tradicional da palavra) não significa o desaparecimento da atividade humana que pode adquirir as formas das mais diversas ocupações (SCHAFF, 1995, p. 42).

[...]

É pois um fato que o trabalho, no sentido tradicional da palavra, desaparecerá paulatinamente e com ele o homem trabalhador, e portanto também a classe trabalhadora entendida como a totalidade dos trabalhadores (SCHAFF, 1995, p. 43).

As citações evidenciam que na concepção do autor o trabalho tende a ser diluído enquanto esfera das relações mercantis, de assalariamento e da mais-valia. No entanto, como uma sociedade capitalista avançada nos insumos tecnológicos sobreviveria sem a mediação do trabalho na conformação das classes sociais? Se a tecnologia ocupa um lugar de destaque na vida social é porque subjacente ao seu produto final está à exploração do trabalho alheio.

O processo produtivo na elaboração de sofisticadas tecnologias precisa de trabalho para a sua existência. Máquina não produz máquinas isoladamente, o homem desempenha funções teleológicas no processo produtivo, e o homem também opera máquinas. O que queremos dizer é que a crescente utilização de novos métodos e técnicas no processo produtivo, por mais desenvolvida que esteja, precisa da mediação da ação humana, e do processo de exploração de uma ampla força de trabalho. O avanço tecnológico não se autoproduz, portanto, a defesa da tese do fim do trabalho por Schaff (1995) e demais teóricos que se alinham a esta concepção não apresenta sustentação real.

Nesse sentido, se a defesa de Schaff (1995) está em conclamar o fim da sociedade do trabalho, o que ele diz então sobre o que acontecerá com a classe burguesa? Como ficaria a posição desta frente ao que ele denomina como “fim dos trabalhadores”? O autor anuncia que possivelmente a classe dos dominantes também desapareceria em relação à conformação sociopolítica que assume hoje. Por suposto, se a ciência e a tecnologia passariam a assumir centralidade na sociabilidade, a classe dominante “tradicional” seria substituída por um estrato social formado por cientistas, engenheiros, técnicos e administradores, os quais estariam inclinados à promoção da indústria e dos serviços.

⁴ Conferir a importante síntese de Antunes (2011) ao referir-se às teses de fim do trabalho destacadas por Claus Offe (1989) e outros autores.

Ressaltamos que Schaff (1995) passa a utilizar o termo estrato ao invés de classe, e para isso seu texto apresenta um motivo. Conforme o autor, com o “fim do trabalho” e dos “possuidores”, o conceito de classe passará por mudanças. Ou seja, na concepção do referido autor, não existiriam mais duas classes fundamentais na disputa da luta de classes, o que existiriam seriam vários campos correspondentes e alinhados ao progresso e desenvolvimento da sociedade, sendo que os representantes da ciência e tecnologia seriam as lideranças do exercício do poder político, haja vista a capacidade de elaboração e de fomento de insumos tecnológicos promotores da melhoria das condições de vida da humanidade.

No cenário de reestruturação capitalista, a produção tecnológica pode ser entendida como instrumento das relações de hegemonia burguesa, assumindo funcionalidade na unidade entre produção e reprodução social. Na medida em que novos “nichos de mercado” são acionados como fontes geradoras de acumulação de capital, a ciência e a tecnologia são subordinadas aos imperativos da sociabilidade burguesa. A industrialização do setor de serviços (MANDEL, 1982) é prova cabal do papel orgânico das pesquisas científicas na elaboração de novas ferramentas, instrumentos e estruturas necessárias à totalidade das relações capitalistas, portanto, não se pode indicar que os cientistas assumiriam uma posição supraclassista, pois, se a ciência é expressão ideológica de relações sociais (MÉSZÁROS, 2014), seu produto e a sua funcionalidade recebem os impactos das exigências do bloco hegemônico burguês.

O crescimento cumulativo da ciência e da inovação tecnológica, inscrita na relação entre ciência aplicada (especializada e submetida à divisão do trabalho), e ciência fragmentada (subordinada à maximização de lucros pelos monopólios), inibe o potencial emancipatório da ciência e da tecnologia às necessidades de efetivação do homem *omnilateral*. Trata-se, como salienta Mandel (1982), de uma contradição social entre o crescimento cumulativo da ciência, a necessidade social de dominá-la e de disseminá-la, e a tendência inerente ao capitalismo tardio de fazer da ciência uma prisioneira da lucratividade.

A defesa de uma sociedade fundada na informática, de acordo com Schaff (1995), levaria a ciência ao papel de força de trabalho, cujo conhecimento aplicado e instrumental seria o veículo fundamental na conformação da produção e reprodução social. A concepção de “sociedade informática” explicitada pelo autor refere-se a um modelo societário em que todas as esferas da vida pública estariam cobertas por processos informatizados e mediados por algum tipo de inteligência artificial, que manteria relação com os computadores.

Nas palavras de Schaff (1995), o problema da relação entre trabalho manual e intelectual parece ser resolvido pela mediação da ciência e dos processos educativos. Portanto, caberia às pessoas, assumirem a educação como condição para adequar-se às novas requisições sociais, com o uso das TICs nas diversas esferas da vida social. A educação permanente seria a mediação do processo de formação de um novo homem. Para o referido autor, o homem subscrito pelas TICs enfrentaria o problema do desemprego, pois, sábio de sua inteligibilidade educacional antenada ao que a sociedade lhe exige, poderia laborar e assumir diversas posições, dado que a ciência, como força produtiva, permitiria o desenvolvimento deste processo.

Em paralelo às concepções ideológicas de Schaff (1995), Peter Drucker (1993) anuncia a concepção de “sociedade pós-capitalista”, dimensionando que o capitalismo tende a se tornar

obsoleto em tempos de revolução técnico-informacional. Mas, o que seria a “sociedade pós-capitalista”? O autor é contraditório ao afirmar que não seria nem uma sociedade comunista e tampouco uma sociedade capitalista, mas, antes, um modelo societário projetado para resguardar as instituições capitalistas, no sentido de preservação do mercado como condição vital à sustentabilidade das relações econômicas. No entanto, se tornaria, por outro lado, um mercado substantivamente modificado, estruturado em um “capitalismo da informação”.

A “sociedade da informação” colocaria o indivíduo no centro de processos sociopolíticos, exigindo-o o aprendizado para viver no mundo globalizado e “ocidentalizado”. O movimento de aplicação da informação ao trabalho promoveria uma revolução gerencial, elevando a produtividade nas diversas esferas da vida social. No entanto, a educação deveria ser permanente e sempre atualizada, reciclando-se a cada giro das requisições “pós-capitalistas”.

As assertivas expostas pelos teóricos que direcionam concepções ideopolíticas às TICs, com destaque para Adam Schaff, tendem a abordar as tecnologias dando maior ênfase ao seu efeito técnico sobre a vida social. Este processo é demarcado por operações ideológicas que sustentam um ilusionismo acerca das TICs. Negligenciam que, no cenário de crise estrutural do capital, as TICs vêm sendo muito mais utilizadas em benefício da reprodução ampliada do capital, como instrumento de criação de “nichos de mercado” pela indústria e pela extensa rede de serviços operada na contemporaneidade.

Concordamos com Nascimento (2011), ao afirmar que o fenômeno das TICs na vida social pode ser entendido como uma relação demarcada pelo fetichismo tecnológico. Tal como o capital, por meio de seu aparato ideológico, encobre as relações de classe que existem na mercadoria, reificando o mundo dos homens e personificando coisas (MARX, 2013). Vejamos o que Marx (2013) sinaliza a respeito do fenômeno do fetichismo:

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente pelo fato de que ela reflete aos homens os caracteres sociais de seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre os objetos, existentes à margem dos produtores. [...] Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relações uma com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo [...] (MARX, 2013, p. 147-148).

Constrói-se uma racionalidade para as tecnologias que as dissociam de seu caráter de classe, dando esmero às vantagens de seu processo produtivo e das relações sociais de reprodução da vida. À tecnologia é atribuída uma assepsia, uma aparente neutralidade, negligenciando seu caráter histórico-social e suas relações com a luta de classes.

O fetichismo da tecnologia não é apenas e simplesmente o encanto virtual, cujo ‘feitiço digital’ vincula a um determinado produto, fruto da microtecnologia (celular, pendriver, MPs, notebook, netbook, ipod, microsensores, microrobores, etc) contagiando as pessoas, tornando-as consumidoras e usuárias compulsivas de produtos e serviços tecnológicos que parecem dotados de vida própria, de plena autonomia. [...]. É a crença nas novas tecnologias como possibilidade de reversão da opressão social,

política, econômica e educacional. É a crença no poder da técnica em detrimento das lutas sociais. É a visão das novas tecnologias como panaceia, ou seja, como remédio para todos os problemas e para o problema de todos (NASCIMENTO, 2011, p. 48-49).

O repertório analítico da classe dominante sobre as novas tecnologias da informação e comunicação alinha-se com a ideologia do progresso técnico. Constroem seus argumentos com base na circulação das TICs no mercado, com foco centrado no aumento da produtividade, na ampliação da lucratividade, na redução de preços, no poder de compra, ou seja, em resultados práticos que possam ser maximizados. Ao trabalhar sobre essa perspectiva, omite-se como se produz a tecnologia, negligenciando a intensa exploração da força de trabalho que subjaz a esse processo (NASCIMENTO, 2011).

Além disso, o aparato tecnológico como meio para operacionalização do trabalho gera implicações na lei do valor-trabalho, demarcando novas formas de disciplina e subsunção do trabalho, racionalizando novos formatos do processo de valorização do capital. Desse modo, a relação entre a exploração e as mudanças tecnológicas em curso envolve a forma como a produção está organizada, a concorrência intercapitalista e a busca intensa de elevação de excedentes. Na lógica do capital, os recursos tecnológicos, como meios de produção, são funcionais para o capitalista na medida em que são aplicados (NASCIMENTO, 2011).

A aplicação do conhecimento tecnológico no setor produtivo e como fator central na produção coloca em discussão o sentido da expressão “sociedade do conhecimento” e “sociedade da informação” (NASCIMENTO, 2011), como se a informação estivesse permeada por fluxos contínuos e fosse acessível a todos, sem distinção. É como se a socialização dos resultados científicos não fosse seletiva entre as classes sociais, na medida em que as classes dominantes conseguem usufruir com maior potencial do avanço da ciência, enquanto às classes subalternas o acesso torna-se bem mais restrito.

Nas palavras de Nascimento (2011), a concepção de “sociedade da informação” consiste numa força ideológica que projeta as novas TICs para além das relações sociais classistas, historicamente determinadas, operando na disseminação de um padrão cultural dominante que as coloca como instrumento de “redenção humana”. A concepção das TICs como progresso técnico e as argumentações que defendem uma sociedade baseada na informação são resultado de uma operação ideológica desenvolvida no conjunto de elementos políticos, econômicos e sociais, utilizada como mecanismo de restauração da ordem capitalista.

Com efeito, o que a prática das relações sociais reais nos evidencia é que as TICs não vêm sendo utilizadas como ferramenta para liquidar a exploração dos trabalhadores. O que se percebe é que o avanço tecnológico no processo produtivo também tem aviltado e intensificado as condições de trabalho, junto à demissão em massa de trabalhadores.

No entanto, isso não põe fim a sociedade do trabalho, mas coloca sob novas dimensões a exploração. Criam-se e recriam-se novos formatos de organização do trabalho, com base na acumulação flexível, no sistema toytista, no cumprimento de metas e produtividade, nos círculos de controle de qualidade, dentre outras novas formas do capital em gerir a força de trabalho.

Diante destas considerações, sinalizamos que não estamos assumindo uma postura messiânica ou voluntarista de rechaço à produção científica e tecnológica. É inegável que a ciência tem contribuído para importantes descobertas, no entanto, precisamos explicitar que a forma como as TICs vêm sendo produzidas (destrutividade ambiental, ameaça à natureza), o modo e a intenção sociopolítica de sua aplicação na vida social; a exacerbação da mercantilização de quase tudo; a ampliação da virtualização do ensino e o redimensionamento dos padrões socioculturais de nossa sociabilidade merecem críticas de monta, para que não naturalizemos seus efeitos nefastos na vida social.

Considerações finais

A lógica imperante na sociedade capitalista utiliza o amadurecimento da produção de mercadorias, como é o caso da tecnológica, em várias perspectivas. De tal modo, operam no dimensionamento da reprodução ampliada do capital, com a circulação de insumos tecnológicos no mercado, bem como na ampliação da extração da mais-valia, com redução do tempo de trabalho e intensificação do mesmo, de modo que, ao recorrer ao discurso da flexibilização, também avilta as condições de trabalho. Além disso, essas perspectivas atuam nas construções e nas elaborações ideológicas acerca das tecnologias, no padrão sociocultural das classes sociais e nos processos educativos.

Esta apreensão não interdita o potencial das TICs no desenvolvimento humano, aliás, a produção científica tem contribuído para descobrir caminhos para a cura e tratamento de doenças, para facilitar a comunicação, bem como na produção de produtos que facilitam a vida humana. Mas, sabemos que a socialização da produção é perpassada por um crivo de classe. Além disso, o jogo ilusionista atribuído às mercadorias fetichiza também as necessidades socialmente construídas pelo homem. Portanto, é no potencial contraditório das TICs que encontramos as pistas para entender suas determinações e efeitos concretos na vida social.

Chegamos ao fim de nosso texto conscientes dos limites desta exposição, na medida em que outras mediações e determinações precisam ser aprofundadas na discussão. Nossa aproximação introdutória sinalizou que tipo de racionalidade vem sendo conferida às TICs no contexto em que a tecnologia avança, mas, ao mesmo tempo, a desigualdade social também, ou seja, as TICs não são a salvaguarda das contradições internas do capital, como anuncia Schaff (1995), com as concepções de “sociedade da informação” e “sociedade do conhecimento”. As TICs estão inseridas nas necessidades do capitalismo e expressam uma natureza contraditória para a humanidade.

Referências

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho?:** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

BIHR, A. **Da Grande Noite à Alternativa:** o movimento operário europeu em crise. Tradução Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 1999.

DRUCKER, P. **Sociedade Pós-Capitalista**. Tradução Nivaldo Montingelli Jr. São Paulo: Pioneira, 1993.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1993.

LESSA, S. Lukács e a ontologia: uma introdução. **Outubro**, v. 2, n. 5, 2001.

MARX, K. **O Capital**: Volume I. Tradução: Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. Tradução Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MÉSZÁROS, I. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

NASCIMENTO, A. F. **Educação a distância e fetichismo tecnológico**: estado e capital no projeto de ensino superior no Brasil. 2011. Tese (Doutorado em Políticas Públicas)-Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, São Luiz, 2011.

OFFE, C. **Trabalho como categoria sociológica fundamental?**: Trabalho e Sociedade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. v. I.

SCHAFF, A. **A Sociedade Informática**. Tradução Carlos Eduardo Jordão Machado e Luiz Arturo Obojes. São Paulo: Brasiliense, 1995.

Antonio Israel Carlos da Silva

Graduado em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestrando em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
